

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202302/0457

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Orgão / Serviço: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1320,15 €

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

O Técnico Superior desempenhará funções de grau de complexidade 3, deve ter em conta os objetivos a alcançar pela unidade em que será integrado, apoiando com responsabilidade e rigor o Gabinete de Planeamento Estratégico e Qualidade com funções de assessoria técnica, designadamente:

- a) Desenvolvimento de instrumentos de apoio à decisão e à definição de medidas estratégicas transversais à FMUL;
- b) Produção de documentos estratégicos, documentos orientadores e outros documentos de "report";
- c) Desenvolvimento de instrumentos e produção de documentos de suporte à gestão da qualidade;
- d) Levantamento, tratamento e análise de dados quantitativos e análise de conteúdo de dados qualitativos;
- e) Produção, gestão e divulgação de conteúdos resultantes das atividades desenvolvidas junto das partes interessadas (em língua portuguesa e inglesa);
- f) Assessoria às atividades de gestão estratégica e da qualidade.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: O presente concurso reveste a forma de procedimento concursal comum nos termos da alínea a) do art.º 4.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a sua abertura foi determinada em virtude da inexistência de:
a) Reservas de recrutamento previamente constituídas no próprio serviço;
b) De candidatos/as em situação de valorização profissional com perfil compatível, na sequência da conclusão pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas do necessário procedimento prévio a que alude a Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro.
c) Recrutamento Centralizado pelo INA.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura na Área das Ciências Empresariais

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	1	Avenida Professor Egas Moniz	Lisboa	1649028 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Constituem condições preferenciais:
a) Licenciatura na Área das Ciências Empresariais;
b) Formação ou experiência profissional em assessoria, gestão estratégica e/ou gestão da qualidade;
c) Domínio de ferramentas informáticas (Word, Excel, PowerPoint);
d) Conhecimentos em análise estatística de dados;
e) Conhecimentos em análise de conteúdo;
f) Domínio de comunicação em língua inglesa, oral e escrita;
7.4 - Mais se requer as seguintes competências:
a) Orientação para resultados;
b) Planeamento e organização;
c) Análise da informação e sentido crítico.
d) Relacionamento interpessoal, trabalho de equipa e cooperação;
e) Capacidade de comunicação;
f) Tolerância à pressão e contrariedades.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: candidaturasrh@medicina.ulisboa.pt

Contacto: candidaturasrh@medicina.ulisboa.pt

Data Publicitação: 2023-02-15

Data Limite: 2023-03-02

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Diário da República, 2.ª série, nº 33, 15 de fevereiro de 2023

Texto Publicado em Jornal Oficial: Universidade de Lisboa Faculdade de Medicina Aviso Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa para exercer funções no Gabinete de Planeamento Estratégico e Qualidade da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugados com o artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que, por despacho autorizador de 05 de dezembro de 2022, do Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Professor Doutor João Eurico Cabral da Fonseca, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso (extrato) no Diário da República, para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, constante no mapa de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções no Gabinete de Planeamento Estratégico e Qualidade da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. 1 – Tipo de concurso: o presente concurso reveste a forma de procedimento concursal comum nos termos da alínea a) do art.º 4.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a sua abertura foi determinada em virtude da inexistência de: a) Reservas de recrutamento previamente constituídas no próprio serviço; b) De candidatos/as em situação de valorização profissional com perfil compatível, na sequência da conclusão pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas do necessário procedimento prévio a que alude a Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro. c) Recrutamento Centralizado pelo INA. 2 – Modalidade de contrato: o procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previsto no mapa de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. 3 – Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 4 – Local de Trabalho: o posto de trabalho situa-se nas instalações da Faculdade de Medicina, Lisboa. 5 – Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira geral de Técnico Superior, tal como descritas no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. 5.1. — O Técnico Superior desempenhará funções de grau de complexidade 3, deve ter em conta os objetivos a alcançar pela unidade em que será integrado, apoiando com responsabilidade e rigor o Gabinete de Planeamento Estratégico e Qualidade com funções de assessoria técnica, designadamente: a) Desenvolvimento de instrumentos de apoio à decisão e à definição de medidas estratégicas transversais à FMUL; b) Produção de documentos estratégicos, documentos orientadores e outros documentos de “report”; c) Desenvolvimento de instrumentos e produção de documentos de suporte à gestão da qualidade; d) Levantamento, tratamento e análise de dados quantitativos e análise de conteúdo de dados qualitativos; e) Produção, gestão e divulgação de conteúdos resultantes das atividades desenvolvidas junto das partes interessadas (em língua portuguesa e inglesa); f) Assessoria às atividades de gestão estratégica e da qualidade. 6 – Posição remuneratória: A determinação do posicionamento remuneratório terá em conta o preceituado no artigo 38.º da LTFP, sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição da carreira/categoria de Técnico Superior, ou seja, o nível remuneratório 16.º, num montante pecuniário de 1320,15 € (mil trezentos e vinte euros e quinze cêntimos). 7 – Requisitos de admissão: 7.1 – Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 Anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7.2 – Ser titular do grau de licenciatura na Área das Ciências Empresariais ou áreas afins e com competências científicas quer teóricas quer metodológicas inerentes ao desenvolvimento da atividade; 7.3 – Constituem condições preferenciais: a)

Licenciatura na Área das Ciências Empresariais; b) Formação ou experiência profissional em assessoria, gestão estratégica e/ou gestão da qualidade; c) Domínio de ferramentas informáticas (Word, Excel, PowerPoint); d) Conhecimentos em análise estatística de dados; e) Conhecimentos em análise de conteúdo; f) Domínio de comunicação em língua inglesa, oral e escrita; 7.4 - Mais se requer as seguintes competências: a) Orientação para resultados; b) Planeamento e organização; c) Análise da informação e sentido crítico. d) Relacionamento interpessoal, trabalho de equipa e cooperação; e) Capacidade de comunicação; f) Tolerância à pressão e contrariedades. 7.5 – Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal não docente, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, de acordo com o disposto na alínea k), n.º 3 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro 7.6 – Em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 30.º da LTFP, por despacho do Reitor, de 20 de julho de 2022, foi autorizada a abertura do presente procedimento concursal. 8 – Prazo de candidatura: o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis contados a partir da publicação do aviso (extrato) no Diário da República. 9 – Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 9.1 – Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte eletrónico, mediante o preenchimento eletrónico do formulário que se encontra disponível no endereço: <https://www.medicina.ulisboa.pt/sites/default/files/inline-files/formpconcurais2020.pdf> 9.2 – O formulário eletrónico de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos submetidos em formato não editável (pdf): a) Curriculum Vitae detalhado, devidamente datado e assinado; b) Fotocópia legível do certificado de conclusão de licenciatura portuguesa ou reconhecida em Portugal; c) Fotocópia legível dos certificados das ações de formação profissional; 9.3 – No caso dos trabalhadores detentores de relação jurídica de emprego público que se encontrem na situação prevista no ponto 10.2 do presente aviso, a candidatura também se deve fazer acompanhar de: a) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho, no último período avaliativo imediatamente anterior ao ano em que ocorre o procedimento, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto; b) Declaração do conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado. 9.4 – A não apresentação do documento a que se refere a alínea b) do ponto 9.2 determina exclusão da candidatura ao procedimento. 9.5 – O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura determina a exclusão do candidato do procedimento concursal. 9.6 – Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e formalidades apontados no presente aviso. 9.7 – A não apresentação dos documentos comprovativos das ações de formação profissional determina a sua não consideração para efeitos de avaliação curricular. 10 – Métodos de Seleção: 10.1 – Nos termos do disposto no artigo 36.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento, artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, serão adotados os seguintes métodos de seleção: a) Método de seleção obrigatório: Prova de Conhecimentos (PC); b) Método de seleção obrigatório: Avaliação Psicológica (AP); c) Método de seleção facultativo: Entrevista de avaliação de competências (EAC). 10.2 – Nos termos do disposto no n.º 2 e 3, do artigo 36.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, exceto quando afastados por declaração escrita, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar ou que, se encontrando em situação de requalificação, tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho, para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção adotados, serão os seguintes: a) Método de seleção obrigatório: Avaliação Curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar; b) Método de seleção facultativo: Entrevista de avaliação de

competências (EAC): que visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. 11 – Prova de conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e/ ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função. As competências técnicas traduzem-se na capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional. A prova de conhecimentos incide sobre conteúdos de natureza genérica e/ ou específica, diretamente relacionados com as exigências da função, nomeadamente, o adequado conhecimento da língua portuguesa e cuja bibliografia se apresenta em anexo. A realização da prova de conhecimentos é individual, e terá a duração de 90 minutos, não sendo possível consulta de qualquer documentação. 12 – Avaliação Psicológica (AP): A avaliação psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. 13 – Entrevista de avaliação de competências (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Deve permitir uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato. 14 – Valoração dos métodos de seleção: a) Na prova de conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas; b) A avaliação psicológica pode comportar uma ou mais fases e é valorada, em cada fase intermédia, se existir, através das menções classificativas de Apto e Não Apto; c) A entrevista de avaliação de competências é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. d) A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando - se a valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar. 15 – Classificação final: 15.1 – A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $CF = (PC \times 55\%) + (EAC \times 45\%)$ 15.2 – Para os candidatos que se encontrem na situação descrita no ponto 10.2 do presente aviso, a classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $CF = (AC \times 70\%) + (EAC \times 30\%)$ 15.3 – São excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes, ou que tenha obtido um juízo de Não Apto num dos métodos de seleção ou numa das suas fases. 15.4 – A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal. 16 – Exclusão e notificação dos candidatos: os candidatos excluídos são notificados de acordo com o artigo 6.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. Os candidatos admitidos são convocados para a realização dos métodos de seleção, nos termos do artigo 22.º da mesma Portaria. 17 – Justificação do faseamento dos métodos de seleção: devido à possibilidade de haver um grande número de candidatos ao procedimento concursal e tendo em conta os custos financeiros, os métodos de seleção serão aplicados de forma faseada, de acordo com o artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro, os candidatos aprovados no primeiro método de seleção são convocados para a realização do método seguinte nos mesmos termos. 18 – Composição e identificação do júri: Presidente: Lic. Sandra Clara Calheiros Mendes Marques, Diretora Executiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; 1.º Vogal efetivo: Mestre Sónia Godinho Barroso, Coordenadora do Gabinete de Planeamento Estratégico e Qualidade da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; 2.º Vogal Efetivo: Mestre Nuno Miguel Santos Rodrigues, Coordenador do Gabinete de Assessoria Organizacional da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; 1.º Vogal Suplente: Lic. Isabel Maria Costa Aguiar, Diretora dos Serviços de Gestão Administrativa da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; 2.º Vogal Suplente: Lic. Rui Miguel dos Santos Gomes, Chefe de Divisão da Área de Recursos Humanos e Vencimentos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. A Presidente do Júri será substituída nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal que lhe suceder na ordem suprarreferida. 19 – As atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitadas na página eletrónica da Faculdade de Medicina

da Universidade de Lisboa. As restantes atas do Júri serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas. 20 – Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que este efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. 21 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 22 – Será elaborada uma lista unitária de ordenação final dos candidatos, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção. 22.1 – A publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos, bem como dos resultados dos métodos de seleção intercalar, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada na página eletrónica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. 22.2 – Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos nas disposições legais aplicáveis. 22.3 – A publicitação do procedimento é realizada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 20 de janeiro de 2023. O Diretor, Prof. Doutor João Eurico Cabral da Fonseca ANEXO I Bibliografia e Legislação para a Prova de Conhecimentos A — Área Administrativa Geral: • Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, retificada pela Declaração de retificação n.º 37 - A/2014, de 19 de agosto e alterada pelas Leis n.ºs 84/2015, de 7 de agosto e n.º 18/2016, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas); • Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55 -A/2010, de 31 de dezembro e 66 -B/2012 de 31 de dezembro, bem como pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — artigos 89.º a 91.º (Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública — SIADAP); B — Área de Organização Administrativa da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Medicina: • Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro); • Estatutos da Universidade de Lisboa (Despacho Normativo n.º 14/2019, de 10 de maio, alterado pelo Despacho Normativo n.º 8/2020, de 4 de agosto); • Estatutos da Faculdade de Medicina (Despacho n.º 5323-A/2018, de 28 de maio); • Despacho n.º 7687/2014, Diário da República, 2.ª série — N.º 112 — 12 de junho de 2014 - Regulamento Orgânico dos Serviços da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; • Pilares e Eixos Estratégicos 2022-2026 • Regulamento do Sistema Integrado de Garantia da Qualidade da Universidade de Lisboa (anexo I ao Despacho n.º 15622/2015 de 29 de dezembro); • Regulamento do Sistema Integrado de Garantia da Qualidade da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Despacho n.º 9849/2022, de 9 de agosto) <https://www.medicina.ulisboa.pt/sites/default/files/inline-files/DR%20SIGQ.pdf>

Observações

9 – Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

9.1 – Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte eletrónico, mediante o preenchimento eletrónico do formulário que se encontra disponível no endereço:

<https://www.medicina.ulisboa.pt/sites/default/files/inline-files/formpconcursais2020.pdf>

9.2 – O formulário eletrónico de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos submetidos em formato não editável (pdf):

- Curriculum Vitae detalhado, devidamente datado e assinado;
- Fotocópia legível do certificado de conclusão de licenciatura portuguesa ou reconhecida em Portugal;
- Fotocópia legível dos certificados das ações de formação profissional;

9.3 – No caso dos trabalhadores detentores de relação jurídica de emprego público que se encontrem na situação prevista no ponto 10.2 do presente aviso, a candidatura também se deve fazer acompanhar de:

- Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho, no último período avaliativo imediatamente anterior ao ano em que ocorre o procedimento, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto;
- Declaração do conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

9.4 – A não apresentação do documento a que se refere a alínea b) do ponto 9.2 determina exclusão da candidatura ao procedimento.

9.5 – O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura determina a exclusão do candidato do procedimento concursal.

9.6 – Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e formalidades apontados no presente aviso.

9.7 – A não apresentação dos documentos comprovativos das ações de formação profissional determina a sua não consideração para efeitos de avaliação curricular.

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termino da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		